

Contribuição de Joaquim Moura para a reunião sobre o Plano Básico Ambiental – PBA (vinculado às obras de pavimentação da RJ-163), a se realizar em 06/03/2012

Tópico 1 - Os relatórios sobre os 22 programas e planos do PBA, que deveriam ser mensais, só foram apresentados já no final do processo, a maior parte deles praticamente de uma só vez, impedindo o acompanhamento, pelo Conselho Gestor (e por outros atores listados na Licença de Instalação da obra) do que era feito a cada mês, de modo a permitir críticas construtivas e sugestões visando ao aperfeiçoamento das atividades. Isso é óbvio – se não, bastaria entregar um relatório único no final do processo.

Porém agora é tarde, pois o PBA praticamente acabou, tendo consumido mais de 3 milhões em formalismos, valor que poderia ser muito melhor utilizado nos preparando para os impactos previstos.

As inconsistências na implantação do PBA foram listadas por duas câmaras técnicas do CG, e acredito que serão abordadas nessa reunião. É preciso saber se tais inconsistências também foram percebidas no INEA, pelos técnicos que deveriam analisar e aprovar os relatórios apresentados pela equipe da UERJ sobre a implementação dos 22 programas. É possível ter acesso aos pareceres do INEA sobre os relatórios da UERJ?

Tópico 2 - Diante das pressões socioambientais que nossa região estará sofrendo crescentemente, o principal fator para garantir um mínimo de condições para enfrentá-las com sucesso é certamente a consciência generalizada dos desafios e a organização dos moradores para impedir diligentemente a degradação da região.

Para promover esse ‘upgrade’ na consciência sócio-ambiental comunitária, a tempo (cada vez mais curto) de impedir o que já se anuncia, é preciso um projeto de educação/mobilização ambiental focado no que for estrategicamente mais crítico e efetivo – a curto e longo prazos.

Não foi o que se viu nos dois projetos de Educação Ambiental trazidos à região pelo governo (Seobras/UERJ e INEA), que se limitaram a organizar eventos, seminários, *workshops* e reuniões sem alcançar maiores efeitos no cenário cultural-ambiental da população.

Na minha modesta concepção, um trabalho que visasse a dar resultados notáveis já a partir, digamos, do vigésimo mês, deveria se basear em três eixos: (1) envolvimento da juventude do Colégio Estadual; (2) gestão ecológica exemplar do lixo da região (incluindo a compostagem do lixo orgânico); e (3) sistema de educomunicação com a comunidade: jornal-mural, internet, eventuais boletins, talvez rádio comunitária..

Tópico 3 - É evidente, ao menos para as pessoas mais conscientes e responsáveis, que os órgãos governamentais devem cuidar para que sua comunicação com o público se pautem pela norma culta da língua portuguesa, evitando divulgar erros grosseiros que escandalizam e deseducam.

A quantidade de placas e de impressos, produzidos pelos órgãos estaduais fluminenses no contexto desta obra, contendo erros, supera qualquer tolerância razoável e depõe contra a idoneidade administrativa, cívica, ética e até técnica do INEA, da Seobras e da UERJ.

Apesar de várias vezes alertados, o DER e a equipe do PBA insistem em nos impor esse *seobrês* esdrúxulo e inoportuno, como nos exemplos abaixo: (ver as imagens [a partir daqui](#))

- Seis placas antes e depois da obra da zoopassagem aérea perto da Pedra Grande, onde se lê (duas de cada): “OBRAS À 500 m”; “OBRAS À 300 m”; e “OBRAS À 150 m”, com o “A” ostentando esse incrível acento agudo, que ninguém jamais viu antes em lugar algum, só aqui mesmo, em *seobrês*.
- Três placas grandes no local do futuro pórtico (são duas, mas uma caiu e foi substituída por outra igual com o mesmo erro), onde se lê “5º DISTRITO DE OBRAS E CONSERVAÇÃO” (sem comentário)
- Placa grande na casa-sede da equipe do PBA e várias outras, além de *banners*, impressos, boletins do PBA, páginas *web* etc., onde se lê “Estrada Parque”, assim sem hífen, agredindo a lógica da língua (peixe-boi, ano-luz, célula-tronco, tio-avô etc., quando dois substantivos se unem para dar nome a um terceiro conceito) e divergindo do Decreto RJ 40979/2007, do governador Sérgio Cabral (instituindo esse tipo de via no estado e seus parâmetros), onde se lê 12 vezes, sempre certinho: “Estrada-parque”
- Várias placas cretinas, como as três que identificam a “Bica D’agua” (com esse “D” medieval e “agua” sem acento), ou as duas que sinalizam “Ponto de Pergunta” (quando bastaria perguntar a qualquer morador ou ler a placa do botequim para saber que o nome dele é (muito melhor): “Ponto Pergunta”
- Placas do INEA afixadas nas três ETes, denominam a região como “Alto do Rio Preto”, quando não existe tal coisa; assim como não existe “Baixo do Rio Preto”. O que existe é a região do “Alto Rio Preto”, a exemplo de “Alto Solimões”, “Médio Paraíba”, “Baixo Mississipi”, “Alto Nilo”, “Baixo Gávea”, “Alto Leblon” e até “Alto Maringá”.

Por que degradar a nossa língua? Por que confundir e deseducar? E pensar que tais erros seriam inconcebíveis na administração pública até apenas poucas décadas atrás...